

Resenha de: BARAN, P. A. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Rafael Unger¹

Paul Baran: O Pós-Guerra, o Imperialismo e a Economia Política do Desenvolvimento

Paul Baran foi um autor de suma importância para mostrar como o Imperialismo se atualizou desde o período de escrita dos autores clássicos do tema até a década de 1950, período em que se tornou mais claro o aspecto de politização das relações econômicas, cada vez mais presente desde a crise de 1929, além da percepção dos limites da racionalidade burguesa e do próprio Capitalismo como projeto civilizatório. A obra principal selecionada foi "A Economia Política do Desenvolvimento". Primeiramente, será feita uma retomada dos conceitos principais do Imperialismo; posteriormente, será apresentada as principais concepções de Baran sobre a questão do Desenvolvimento; por fim, como o Pós-Guerra e o advento da grande empresa transformou esses mecanismos imperialistas, sem contudo romper com a essência deste fenômeno.

Nesta obra, o autor afirma que este fenômeno, ao utilizar de novos mecanismos, legitimou sua exploração com mecanismos cada vez mais racionais. No próprio prefácio à Primeira Edição Americana, o autor afirma que o imperialismo de sua época é totalmente avesso a qualquer tentativa em prol do desenvolvimento econômico em nações subdesenvolvidas, colocando antigas potências europeias como subsidiárias do imperialismo estadunidense. Mais próximo do final do livro, o autor mostra que as características principais deste fenômeno, extraídas a partir do debate clássico, se mantinham e, até certo ponto, foram aprofundadas, em prol da perpetuação da exportação do excedente econômico. Partindo do papel fundamental da empresa estrangeira, que auxiliou na obtenção mais regular (em relação a margens e a prazos maiores) de lucros extraordinários, nota-se que este movimento exerce influência direta sobre as possibilidades para os países subdesenvolvidos².

Para melhor compreensão desse movimento de atualização da forma de dominação imperialista, é importante passar pela própria análise do autor sobre a questão do desenvolvimento, que não era exclusiva da época de escrita da obra. Contudo, com a consolidação do capitalismo e da ordem social econômica, Baran afirma que a Economia enquanto ciência parou de se preocupar com possíveis

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Facamp. Email: rafa_unger@hotmail.com

² Nota-se aqui a grande influência de autores do debate clássico do Imperialismo, como Hilferding (1985), Luxemburgo (1985) e Lenin (1985).

Recebido em setembro de 2017 e aceito em julho de 2018.

rupturas de estruturas, cessando “toda a discussão sobre o fenômeno da mudança econômica e social” (BARAN, 1984, p.36), limitando-se a buscar reformar o sistema já vigente e estimular o seu funcionamento ao melhor nível possível. Isso, segundo Baran, é negar o próprio conceito de desenvolvimento econômico que, segundo ele, “sempre significou uma profunda transformação da estrutura econômica, social e política, da organização dominante da produção, da distribuição e do consumo” (BARAN, 1984, p.37), partindo de entes sociais que visavam uma nova ordem econômica contra os que queriam manter o *status quo*. Desta forma, a luta de classes deveria ter constância em prol do desenvolvimento econômico.

Para o autor, as transformações decorrentes da II Guerra Mundial em escala mundial foram muito maiores do que a da Primeira. Na IGM, para o próprio sistema capitalista significou apenas a saída da URSS; já na Segunda, além da Revolução Chinesa, os países subdesenvolvidos começaram a repensar sua condição. Nesses termos, a luta pela superação do subdesenvolvimento tem similaridade com a ruptura com o feudalismo no início do capitalismo: no novo momento em questão, a luta é contra os interesses do capitalismo consolidado e do Imperialismo. Ainda neste sentido, para Baran, “o planejamento econômico socialista apresenta a única solução racional ao problema” (BARAN, 1984, p.42), já que o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas é totalmente contrário aos interesses dos países avançados, que se utilizam do mundo subdesenvolvido para suprimento de suas necessidades de complementaridade produtiva e de expansão de mercados, e não medem esforços políticos, diplomáticos e militares para suprimir quaisquer movimentos que se oponham a essa lógica, com lutas travestidas de ideais de liberdade e democracia. Baran também fala do esforço dos países desenvolvidos em estimular o rápido crescimento econômico em países subdesenvolvidos³ e como este esforço cobra altos resultados posteriormente, restando pouco ou quase nada para o conjunto maior da população.

Segundo Baran, o desenvolvimento econômico de um país depende da geração do excedente econômico e, principalmente, de que forma este país se apropria dele. Este excedente é determinado por: “o grau de desenvolvimento das forças produtivas, a correspondente estrutura das relações socioeconômicas e o sistema de apropriação do excedente econômico que essas relações envolvem” (BARAN, 1984, p.67). Ao se referenciar ao período do capitalismo concorrencial, Baran mostra que a relação entre a burguesia (muito numerosa e, por isso, muito pulverizada e pouco mobilizada enquanto classe) e o Estado se dava em favor dos interesses deste último ente, de forma a ter maior autonomia de decisões. Contudo, o surgimento da grande empresa monopolista inverteu esta assimetria, fazendo com

³ Desenvolvimento este de caráter desigual e combinado, como na obra de Trotsky (1977).

que os outros entes econômicos passassem a depender dela. Além disso, Baran já aponta a tendência das classes dominantes assumirem protagonismo político em defesa de sua própria continuidade de poder, principalmente em momentos em que o cenário da política assume maior protagonismo. A supremacia estatal frente a essa nova burguesia dominante (menos numerosa, mas com influência muito maior, assim como sua confluência de interesses), desta forma, é colocada em xeque.

O advento do capitalismo monopolista trouxe outro novo fator: torna-se interessante para a empresa monopolista voltar seus olhos também para o mercado externo, ainda que o nível de preços mundial seja inferior ao do mercado nacional, desde que sua participação neste mercado não seja drasticamente afetada. Isso em decorrência do grande volume de capital disponível para novas inversões, a fim de consolidar posições monopolistas também nos mercados subdesenvolvidos. Todo esse processo demanda atuação dos Estados dos países avançados em relação aos dependentes, seja ela por mecanismos econômicos ou extra-econômicos. Desta forma, a capacidade de expansão da empresa monopolista está intimamente ligada com o poder militar e político da nação imperialista de origem.

O autor busca uma explicação geral para o subdesenvolvimento, abstraindo certo nível das particularidades dos exemplos individuais, buscando os elos em comum. A primeira particularidade é o baixo nível de produto social per capita, decorrente do aumento da desigualdade da distribuição da renda per capita entre os países. A inserção abrupta das empresas estrangeiras nos países não capitalistas trouxe para estes alguns pré-requisitos para um futuro desenvolvimento do capitalismo. Contudo, a exposição concorrencial e a transferência de grande parte do excedente econômico para os países já desenvolvidos fez com que a acumulação primitiva nos atuais países subdesenvolvidos fosse sempre débil e houvesse um bloqueio para uma série de atividades capitalistas, amoldando-se aos interesses do imperialismo ocidental.

Baran afirma que o desenvolvimento desigual do capitalismo fez com que as condições clássicas de desenvolvimento não fossem mais possíveis para os países subdesenvolvidos. Para ele, "o regime capitalista, ao invés de constituir o elemento motor do crescimento econômico, do progresso tecnológico e das transformações sociais, tem sido, nesses países, o responsável pela estagnação econômica, pela manutenção de uma tecnologia arcaica e pelo atraso social" (BARAN, 1984, p. 153). Contudo, como já falado anteriormente, vale ressaltar que não se trata meramente de um problema de geração de excedente econômico, mas se relaciona muito mais com sua utilização.

Outro problema relatado é a questão agrária destes países, em relação à baixa produtividade e a quem o excedente se destina (em maior parcela, com

latifundiários, agiotas e comerciantes). No caso brasileiro, a exploração via grande plantação traz consequências específicas: o fato de que os proprietários gastam considerável parte de seus recursos apenas com a manutenção de seus padrões de consumo faz com que a disponibilidade de recursos que podem se destinar a investimentos não seja tão abundante e, como já mostrado anteriormente, o destino mais provável é o de aplicações financeiras. Unindo todos estes fatores, a opção de uma reforma agrária pode, ao invés de auxiliar no rompimento com o atraso, poderá o acelerar, em virtude da possibilidade de redução futura da produção agrícola e redução do excedente econômico gerado.

A fim de diferenciar os países subdesenvolvidos dos desenvolvidos, Baran utiliza-se do conceito microeconômico de barreira à entrada, referentes à produção industrial e da própria acumulação primitiva de capital. Posteriormente, o autor ressalta a importância da capacidade dos países em desenvolver dinâmica própria em prol do desenvolvimento e como a assimetria de inserção mercantil dos países subdesenvolvidos atrapalhou no sentido de desenvolvimento da divisão do trabalho, impactando neste processo como um todo. Estes fatores levam a desestímulos na taxa de investimento industrial dos países dependentes, trazendo impactos negativos sobre o próprio mercado desses países, mesmo em caso que a produção fosse internalizada em algum momento posterior (oriunda, muitas vezes, de estímulos governamentais destinados à penetração de filiais de empresas com origem nos países capitalistas desenvolvidos, com tarifas favoráveis, garantias de mercado e outras possíveis fontes de barreiras à entrada).

O capitalismo que assim surge nos países subdesenvolvidos é, segundo o próprio autor, totalmente deformado, em virtude do próprio passado atrasado e/ou colonial destes países, e da atuação da empresa multinacional, principalmente em relação ao excedente gerado por ela, muitas vezes não utilizado para a reprodução do capital nos países atrasados. As destinações principais deste excedente são: i) redistribuição para acionistas estrangeiros; ii) manutenção da precarização do trabalho e reprodução dos padrões de consumo dos países centrais; iii) especulação fundiária e financeira; iv) financiamento de atividades comerciais; v) remessas de lucro, criando poupança externa para proteção em momentos de risco.

Sobre a empresa estrangeira, Baran busca compreender o quanto ela realmente contribui para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos nos quais ela se instala e quais pressões ela exerce sobre o Balanço de Pagamentos dessas economias. O autor também introduz alguns elementos que atrelam tais investimentos da empresa estrangeira com atos de corrupção. Outro fator importante é a preferência dessas empresas por maquinário produzido nos países de origem, por serem tecnologias mais familiares às suas plantas produtivas, além do elevado

dispêndio necessário para a obtenção tecnológica de meios necessários para sua reprodução nos países subdesenvolvidos. Isso não significa negar alguns dos resultados positivos da presença destas empresas, principalmente relacionadas a maiores níveis de emprego, investimentos em infraestrutura e desenvolvimento de setores intermediários. Contudo, para Baran, os resultados aparentam ser bem discretos frente aos benefícios obtidos pelo capital estrangeiro. A própria relação entre remessas de lucros para os países de origem e reinvestimentos pode variar de um país subdesenvolvido para outro e até mesmo de uma empresa transnacional para a outra. Contudo, há uma tendência de exportação do excedente econômico para os países avançados e, até certo ponto, o próprio desenvolvimento tecnológico é exportado.

No período pós-guerra, o imperialismo evoluiu seus mecanismos de dominação para formas mais avançadas, técnicas e racionais, sem, contudo, perder sua essência. Tal fato se deu principalmente pelo mais abrupto desenvolvimento da empresa transnacional neste período, estimulando, inclusive, o rápido crescimento econômico dos países subdesenvolvidos, cobrando elevados preços *a posteriori*. Tais fatos, como Baran mostrou, não se revelaram apenas como problemas relacionados com a geração do excedente econômico, mas principalmente em relação à sua utilização, ou seja, quem o controlava majoritariamente.

Referências

- BARAN, P. A. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- HILFERDING, R. **O Capital financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- LENIN, V. I. **O Imperialismo: fase superior do Capitalismo**. 3. Ed. São Paulo: Global. 1985.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- TROTSKY, L. **História da revolução russa**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.